

RECURSO ESPECIAL Nº 1.820.880 - RS (2019/0174832-9)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

RECORRIDO : PEDRO HENRIQUE BOABAID

ADVOGADO : HENRIQUE GOMES BOABAID - RS028167

ASSIST. AC : ALEXANDRA PANDOLFO BARROS

ADVOGADO : SADI GOMES BENITES - RS016591

DECISÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL interpõe recurso especial, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do **Tribunal de Justiça daquele Estado** nos Embargos de Declaração no Recurso em Sentido Estrito n. 70080507577 (CNJ n. 0022666-24.2019.8.21.7000).

Em suas razões, o recorrente aponta violação dos arts. 14, II, 18, I, 121, *caput*, todos do Código Penal, 74, § 1º, 413 e 419, ambos do Código de Processo Penal. Para tanto, argumenta que o dolo eventual foi "demonstrado de forma suficiente, especialmente pelo conteúdo dos depoimentos prestados em juízo e os laudos periciais, razão pela qual se impõe ao acusado a sua pronúncia, decisão interlocutória mista que põe fim ao *judicium accusationis*, em que vigora o princípio *in dubio pro societate*" (fl. 744).

Alega não desconhecer "que os aspectos integrantes da pretensão acusatória (excesso de velocidade e influência de substância entorpecente), isoladamente, não conduzem obrigatoriamente à conclusão de que o réu assumiu o risco de produzir os resultados ora apurados (homicídio consumado e tentado)", mas, "conjuntamente, são elementos que podem configurar o dolo eventual e o julgamento acerca da sua ocorrência ou da culpa consciente, como já referido, compete ao Tribunal do Júri, na qualidade de juiz natural da causa" (fl. 748).

Defende: "o legislador, ao equiparar as formas dolosas, deixou transparecer a inexistência de influência da espécie de dolo aplicável ao caso na configuração da tentativa, porque o deflagrar da conduta é que condiciona o elemento subjetivo do injusto penal (dolo ou culpa), e não o resultado que tal conduta, depois de ultrapassada a ideação, venha a

causar" (fl. 751).

Requer o provimento do apelo extremo a fim de que seja restabelecida a decisão de pronúncia.

Apresentadas as contrarrazões (fls. 760-772) e admitido o especial na origem (fls. 774-779), o Ministério Público Federal opinou pelo seu provimento (fls. 792-800).

Decido.

O recurso especial é tempestivo, mas não preencheu os demais requisitos constitucionais, legais e regimentais para seu processamento, pois, para se concluir que o agente agiu com dolo eventual, com a finalidade de restabelecer a decisão de pronúncia, incide a Súmula n. 7 do STJ, como se verá a seguir.

Infere-se dos autos que o recorrido foi denunciado como incurso nos arts. 121, *caput*, e 121, *caput*, c/c o art. 14, II, todos do Código Penal, porque, segundo narrou a peça de acusação (fls. 1-3):

1) No dia 19 de dezembro de 2015, por volta das 17 horas, em via pública, na Avenida Vinte e Cinco de Julho, nº 110, bairro Três Vendas, nesta cidade, o denunciado PEDRO HENRIQUE BOABAIID, assumindo o risco de produzir o resultado, matou Volsei Chaves Barros, causando-lhe as lesões letais descritas no auto de necropsia das fls. 39/42 do inquérito policial, documento que aponta como causa da morte "hemorragia intracraniana e encefálica consecutivas a traumatismo crânio-encefálico".

2) Nas mesmas circunstâncias de tempo e local, o denunciado PEDRO HENRIQUE BOABAIID deu início ao ato de matar Alexandra Pandolfo Barros, ao provocar-lhe as lesões corporais descritas no auto de exame de corpo de delito da fl. 23, que refere: "(...) Na região umbilical à esquerda, existe uma mancha roxo-esverdeada (equimose), com cerca de 2,0cm de diâmetro. Nas regiões rotulianas, existem duas equimoses, com cerca de 4,0 cm de diâmetro, cada uma. Na região rotuliana esquerda, existe uma solução de continuidade superficial da epiderme (escoriação), com cerca de 2,0cm de diâmetro (...)".

Na ocasião, o denunciado, sob o efeito da substância psicotópica ACB (2-amino-5-clorobenzofenona) - conforme laudo pericial das fls. 95/96 do IP - a qual premeditadamente consumira momentos antes dos fatos,

conduziu, em alta velocidade, o veículo Ford/Focus FC Flex, placas IRN 4769 pela Avenida Vinte e Cinco de Julho, no sentido bairro - Avenida Fernando Osório. Ato contínuo, ao aproximar-se da rótula instalada no cruzamento das vias, PEDRO HENRIQUE perdeu o controle sobre o automóvel que guiava, o qual veio a chocar-se com o veículo pertencente às vítimas, que se encontrava estacionado no local, e a atingir diretamente o ofendido Volsei Chaves Barros, este então postado ao lado do seu carro. Com o choque, a vítima foi lançada ao ar e, após alcançar o solo, teve seu corpo novamente atingido pelo carro do denunciado, ficando ao final sob o mesmo, experimentando as lesões que determinaram sua morte.

O crime não se consumou, outrossim, em relação à vítima Alexandra Pandolfo Barros, por circunstância alheia à vontade do denunciado, uma vez que aquela se encontrava no interior do automóvel atingido pela ação do denunciado, o qual a protegeu de lesões corporais de maior monta.

O denunciado PEDRO HENRIQUE BOABAIID assumiu o risco de provocar os eventos criminosos, uma vez que, a despeito de conhecer os efeitos da substância psicotrópica que ingeriu previamente aos fatos, em razão de conhecimentos de enfermagem que possuía, deliberadamente pôs-se a dirigir veículo automotor na via pública sob influência da mencionada medicação, e indiferente aos resultados lesivos que poderiam advir da sua conduta.

O Ministério Público apresentou aditamento à denúncia, a fim de modificar a descrição fática contida na incoativa, nos seguintes termos (fls. 401-402):

Na ocasião, o denunciado, sob o efeito das substâncias licitas psicótópica ACB (2-amino-5-clorobenzofenona) e MACB (2-metilaminocloribenzofenona) - conforme laudo pericial das fls. 101402 e 264 do IP e de droga ilícita cocaína (éster de Metilecstasy-Metabólico da cocaína) - a qual premeditadamente consumira momentos antes dos fatos, conduziu, em alta velocidade, o veículo Ford/Focus FC Flex, placas IRN 4769 pela Avenida Vinte e Cinco de Julho, no sentido bairro-Avenida Fernando Osório.

Ato contínuo, ao aproximar-se da rótula instalada no cruzamento das vias, PEDRO HENRIQUE perdeu o controle sobre o automóvel que guiava, o qual veio a chocar-se com o veículo pertencente às vítimas, que se encontrava

estacionado no local, e a atingir diretamente o ofendido Volsei Chaves Barros, este então postado ao lado do seu carro. Com o choque, a vítima foi lançada ao ar e, após alcançar o solo, teve seu corpo novamente atingido pelo carro do denunciado, ficando ao final, sob o mesmo, experimentando as lesões que determinaram sua morte.

O crime não se consumou, outrossim, em relação à vítima Alexandra Pandolfo Barros, por circunstância alheia à vontade do denunciado, uma vez que aquela se encontrava no interior do automóvel atingido pela ação do denunciado, o qual a protegeu de lesões corporais de maior monta.

O denunciado PEDRO HENRIQUE BOABAID assumiu o risco de provocar os eventos criminosos, uma vez que, a despeito de conhecer os efeitos das substâncias psicotrópicas e da substância entorpecente que ingeriu previamente aos fatos, em razão de conhecimentos de enfermagem que possuía, deliberadamente pôs-se a dirigir veículo automotor na via pública sob influência da mencionada medicação, e indiferente aos resultados lesivos que poderiam advir da sua conduta.

Encerrada a fase do *iudicium accusationis*, o Magistrado da 1ª Vara Criminal da Comarca de Pelotas/RS pronunciou o acusado, em decisão assim fundamentada (fls. 577-589):

No caso em tela, a materialidade está provada pelo auto de necropsia das fls. 44-47, concernente à vítima Volsei Chaves Barros, e pelo laudo pericial das fls. 28-29, relativo à vítima Alexandra Pandolfo Barros.

Vejamos, então, se há suficientes indícios de autoria ou de participação.

[...]

Como se vê, há suficientes indícios de autoria, já que os depoimentos supramencionados indicam que o réu era efetivamente o condutor do veículo que colidiu contra a vítima Volsei Chaves Barros e contra o veículo onde se encontrava a vítima Alexandra Pandolfo Barros.

A alegação de ausência de dolo homicida - dolo eventual, *in casu* -, por sua vez, somente pode ser acolhida na presente fase processual se houver prova escoreita acerca de sua verificação.

[...]

No caso concreto, a denúncia imputa ao réu a prática dos fatos mediante dolo eventual pelas circunstâncias de conduzir seu veículo automotor (a) sob a influência das

substâncias lícitas psicotrópicas ACB
(2-amino-5-clorobenzofenona) e MACB
(2-metilamino-5-clorobenzofenona), (b) sob a influência de
cocaína e (c) em alta velocidade.

Inicialmente, quanto às substâncias ACB
(2-amino-5-clorobenzofenona) e MACB
(2-metilamino-5-clorobenzofenona), cuidam-se de
metabólitos de substâncias benzodiazepínicas, a primeira
relacionada às medicações camazepam, cetazolam,
clordiazepóxido, clorazepato, diazepam, halazepam,
medazepam, nordazepam, oxazepam, oxazolam, pinazepam,
prazepam e/ou temazepam, e a segunda relacionada às
medicações camazepam, diazepam, cetazolam e/ou
temazepam (fl. 264).

Consoante esclareceu a prova oral, metabólito, termo
utilizado na farmacocinética, é a substância produto do
metabolismo de uma determinada molécula ou substância. A
presença de um metabólito, por exemplo, na urina, constitui
indicativo da prévia presença no organismo da substância
metabolizada.

Feita essa consignação, embora exista a possibilidade
teórica de que tais medicações tenham sido consumidas
antes dos fatos descritos na denúncia, o documento da fl. 11
comprova que, depois do evento, mais especificamente às
17h57min do dia 19/12/2015, havia sido ministrada ao
acusado dose do fármaco diazepam. Logo, como a coleta de
urina ocorreu às 20h05min do mesmo dia (fl. 18, verso),
resulta satisfatoriamente comprovado que tais metabólitos
resultaram da ministração de tal medicamento quando do
atendimento médico prestado ao réu.

Conquanto o réu tenha declarado à *expert* fazer uso de
carbamazepina (fl. 41), não especificou quando havia
ingerido tal medicação pela última vez.

Imperativa, consequentemente, a expunção de tal imputação
fática utilizada pelo Ministério Público para caracterizar o
agir com dolo eventual.

Quanto à prática dos fatos sob o efeito de cocaína, o laudo
pericial da fl. 264 indicou que em sua urina havia a
substância éster de metilecgonina, metabólito da cocaína.

Conforme esclareceu a prova oral, em especial os
depoimentos das testemunhas Jussara Ribeiro Duarte
Bocaccio e Fernando Amarante Silva, o laudo pericial da fl.
264 não atesta, por si só, que o acusado, no momento dos
fatos, estivesse efetivamente sob o efeito de cocaína. Isso
porque, segundo referido, o metabólito de tal droga pode

permanecer no corpo da pessoa por até 3 dias. Logo, o referido laudo não precisa o momento do consumo da droga, até mesmo porque não há indicação dos quantitativos da substância encontrada.

O citado laudo, entretanto, constitui indício suficiente de que o réu, em momento temporalmente anterior à coleta de urina, consumiu cocaína, embora não precise exatamente quando, ou seja, se 2 dias antes dos fatos, se 1 dia antes dos fatos, se minutos antes aos fatos etc.

Consoante também referido pela prova oral, o exame clínico realizado logo após o evento poderia indicar, com razoável segurança, se o réu efetivamente estava ou não sob o efeito de cocaína.

O exame clínico realizado no acusado não apontou indicativos de embriaguez toxicológica, indicando ausência de nistagmo à movimentação ocular e pupilas isocóricas e não midriáticas (fl. 41).

Tal exame, entretanto, foi realizado às 20h05min do dia 19/12/2015, portanto cerca de 3h depois dos fatos narrados na denúncia, quando os efeitos do eventual consumo de cocaína já teriam desaparecido, como frisou a testemunha Jussara Ribeiro Duarte Bocaccio, médica perita que procedeu à avaliação.

A prova oral também forneceu indicativos de que o réu, por ocasião dos fatos, encontrava-se com as pupilas dilatadas, consoante deflui dos relatos das testemunhas Cheyenne Jacobus Sória e Leandro Krause Franz, o que é uma das reações físicas decorrentes do consumo de cocaína. Mas, por outro lado, também referiu a testemunha Ricardo Valente Souza, psicólogo, que o evento objeto do processo pode ter gerado no réu sintomas físicos imediatos, dentre os quais pupilas dilatadas.

A testemunha Ivonete Valadão Tavares, por sua vez, presenciou que uma moça compareceu no local e, após, a irmã do réu, a qual xingava a referida garota afirmando que era culpa dela o fato de o acusado estar novamente "cheirado".

Já a testemunha Maiquel Carvalho Peil relatou que o automóvel do réu efetuou ultrapassagem já "tracionando", conduta em tese compatível com o estado de euforia provocado pelo provável consumo de cocaína.

Enfim, pelas razões expostas, embora o laudo da fl. 264 não ateste que o acusado estivesse sob o efeito de cocaína no momento dos fatos, conquanto o exame clínico posteriormente realizado não tenha apontado embriaguez

toxicológica, e embora as pupilas dilatadas constatadas possam decorrer da situação de stress gerada pelo evento, todos os outros indicativos supramencionados apontam em sentido contrário, o que se mostra suficiente, na presente fase processual, para remeter a sua análise ao Juízo constitucionalmente competente, ao qual incumbe soberanamente decidir quais das linhas probatórias prevalecerá.

No que toca à condução do veículo em alta velocidade em via pública - circunstância expressamente descrita na denúncia (fl. 02, verso) também há indicativos de sua ocorrência. É certo que o laudo pericial das fls. 56-83 não encontrou vestígios materiais, que permitissem determinar quantitativamente a velocidade de deslocamento do veículo (fl. 59).

Há, entretanto, outros indícios de que a velocidade desenvolvida pelo veículo do réu era elevada, como os relatos das testemunhas Maiquel Carvalho Peil e Leandro Krause Franz, que descreveram a manobra, realizada pelo acusado, o qual ultrapassou seu veículo em alta velocidade, fazendo com que, logo à frente, perdesse o controle da direção em uma curva à esquerda. Some-se a isso que, pelas referências da prova testemunhal, o corpo da vítima Volsei, quando atingido pelo veículo do réu, foi jogado significativamente para o alto, o que é indício da alta velocidade desenvolvida. O acusado, ademais, consoante referido pela testemunha Gustavo Corral Davila, costumava, passar pelo local do evento, o que constitui indicativo de que conhecia as disposições da via de tráfego, em especial a existência da curva onde perdeu o controle do veículo. Enfim, há suficientes indícios de que o acusado realizou manobra arriscada em alta velocidade em via urbana, o que se mostra - suficiente, em tese, para a configuração do dolo eventual, cuja efetiva caracterização, entretanto, deverá ser decidida pelo Conselho de Sentença.

Embora o veículo das vítimas pudesse estar estacionado em local proibido (fl. 373), tal circunstância não caracteriza, por si só, a sua culpa exclusiva, pelo menos a ponto de admitir-se de plano o rompimento do nexo causal. Isso porque, pelos relatos da prova oral, em especial das testemunhas Maiquel Carvalho Peil e Leandro Krause Franz, o réu perdeu o controle de seu veículo exatamente na curva à esquerda imediatamente antes do local onde a vítima se encontrava, cuidando-se, portanto, de evento temporalmente anterior e independente na cadeia de desdobramento fático.

Inviável, por isso, a pretendida absolvição sumária por culpa exclusiva da vítima, pois para tanto se mostra necessária a existência de prova inequívoca de tal ocorrência, o que não ocorre no caso concreto.

Não há prova escorreita e inequívoca, ademais, da alegação de que havia veículos estacionados nos dois lados da via e de que também havia aglomeração de pessoas no estabelecimento existente nas imediações, denominado "Mota Bebidas".

Por tais motivos, a análise dos fatos, incluindo as teses defensivas, incumbirá ao colendo Conselho de Sentença, que soberanamente decidirá a esse respeito, até mesmo porque, na presente fase processual, vigora o princípio do *in dubio pro societate*.

[...]

Inviável, por conseguinte, as pretendidas impronúncia, absolvição sumária e desclassificação, ante os suficientes indícios de autoria e de configuração do dolo eventual, consoante anteriormente explicitado.

De outra banda, no que toca à desclassificação da imputação pela prática do crime do artigo 121, *caput*, c/c artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal, para o crime do artigo 303 do Código de Trânsito Brasileiro, providência pleiteada na resposta escrita 172- 185), melhor sorte não assiste à Defesa Técnica.

Conheço e respeito os entendimentos jurisprudenciais que amparam o pleito defensivo, mas, com a devida vênia, alinho-me àqueles que pensam de modo diverso. Compartilho, no particular, do entendimento que admite a possibilidade de reconhecimento da compatibilidade entre as figuras jurídicas do dolo eventual e da tentativa.

Embora reconheça a plausibilidade da linha de entendimento em sentido contrário, o Superior Tribunal de Justiça, na sua missão de uniformização da interpretação das leis ordinárias, assentou a premissa da compatibilidade entre o dolo eventual e a tentativa, como se pode ver nas seguintes ementas:

[...]

Viável, por conseguinte, a pronúncia pela imputação referente à prática do crime do artigo 121, *caput*, c/c artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal.

EM RAZÃO DO EXPOSTO, admito parcialmente a acusação para o efeito de, excluída da descrição fática a circunstância de estar o acusado sob o efeito das substâncias ACB (2-amino-5-clorobenzofenona) e MACB

(2-metilamino-5-clorobenzofenona), pronunciar o réu PEDRO HENRIQUE BOABAID, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri como incurso: a) nas sanções do artigo 121, *caput*, do Código Penal, em relação à vítima Volsei Chaves Barros; b) nas sanções do artigo 121, *caput*, c/c artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal, em relação à vítima Alexandra Pandolfo Barros.

Inconformada, a defesa interpôs recurso em sentido estrito, ao qual o Tribunal estadual deu parcial provimento para desclassificar suas condutas para delitos outros situados fora da competência do Tribunal do Júri, *in verbis* (fls. 725-729):

[...] afigura-se de rigor a desclassificação das imputações para outras situadas fora da competência do Tribunal do Júri. Isso porque, ao que se depreende da própria inicial acusatória, o proceder doloso atribuído ao acusado resultaria (i.) do excesso de velocidade empregado no veículo automotor e (ii.) do fato consistente em ter ele, de forma "premeditada", ingerido substâncias psicotrópicas (ACB 2-amino-5-clorobenzofenona e MACB 2-metilaminocloribenzofenona) entorpecente (éster de metilecgonina- metabólico da cocaína) antes de conduzir o veículo.

No particular, embora as testemunhas (em especial Cheyenne e Leandro) tenham feito referência ao "excesso de velocidade" empregado pelo réu na condução do veículo (Não há prova pericial a esse respeito – nota de rodapé), anoto que a afirmação a respeito da utilização de substâncias psicotrópicas e entorpecente não restou suficientemente esclarecida no curso da instrução processual, pois, como visto, a médica perita Jussara Ribeiro Duarte Bocaccio foi taxativa ao afirmar que o laudo pericial acostado às 101-103 não seria suficiente para, por si só, indicar que o recorrente, no momento do fato, estivesse sob o efeito das substâncias cujos metabólitos foram encontrados em sua urina, afirmação que, ressaltado, restou corroborada pela testemunha Fernando Amarante Silva (professor universitário aposentado), dando conta de que os metabólitos acusados no exame de urina, notadamente aquele proveniente da cocaína, poderiam ter decorrido do consumo das substâncias em momento anterior, mas temporalmente não delimitado (mídia da fl. 447).

Seja como for, registro que tais aspectos integrantes da

pretensão acusatória, ainda que eventualmente comprovados (referência feita *ad argumentandum tantum*), por si sós, não ensejam a conclusão de que o acusado observou proceder eventualmente doloso, assumindo o risco de, acidentando-se, causar a morte das vítimas.

Entendimento contrário levaria à responsabilização penal de feição objetiva.

[...]

Ressalto, ainda, que se mostra indevida a pretensão consistente em elastecer (diga-se, casuisticamente) institutos jurídicos de há muito consolidados no campo da dogmática penal, na tentativa de, observado o (inegável) desvalor do resultado, tragar para seu âmbito de incidência situações fáticas que, à evidência, a eles não se amoldam.

Aliás, recentemente, a Lei n. 13.546/2017 alterou Código de Trânsito Brasileiro e passou a prever modalidades qualificadas de homicídio e lesão corporal culposos no trânsito quando o agente "*conduz veículo automotor sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência*", inovação que, aparentemente, tende a fulminar pretensões como as deduzidas nos autos em exame.

Não fosse o bastante, relativamente à "tentativa de homicídio" de que foi apontada como vítima Alexandra Pandolfo, registro que, não obstante o dolo direto e o eventual serem equiparados quando aos efeitos, sob a ótica da conduta observada pelo agente, mostram-se substancialmente diversos.

Embora o conceito de dolo esteja intimamente ligado ao resultado - ou à previsão desse -, o que leva à equiparação referida, afigura-se evidente que a busca do resultado e a aceitação do risco de produzi-lo constituem condutas - em sua essência - diversas.

Na realidade, o dolo eventual situa-se mais próximo da culpa consciente do que do chamado dolo direto, estabelecendo-se a distinção entre aqueles, a partir da previsão do resultado (comum às condutas dolosa e culposa), na forma como o agente, subjetivamente, maneja tal previsão, acreditando que a conduta observada não determinará o resultado (culpa) ou se desimportando com esse (dolo eventual).

Basta para que se chegue a tal conclusão a consideração do conceito de crime tentado posto na regra contida no art. 14, inc. II, do Código Penal, de onde resulta que a tentativa - determinada pela vontade - somente pode ser considerada

quando a conduta for finalística e dirigida à produção de um resultado, o que, à evidência, não ocorre quando o agente apenas assume o risco de produzi-lo.

Por conseguinte, a possibilidade jurídica do homicídio tentado pressupõe conduta diretamente dolosa, exigindo a configuração de tal infração que o agente, efetivamente, queira o resultado morte (não se afigurando suficiente para tanto que a ele tenha assentido), mas que ele não sobrevenha por circunstâncias alheias à sua vontade.

Diante disso, impositiva a desclassificação das infrações para outras situadas fora da competência do Tribunal do Júri, nos termos da regra posta no artigo 419 do Código de Processo Penal.

Daí por que dou parcial provimento ao recurso.

Como se observa, o Tribunal *a quo*, ao examinar o contexto fático, concluiu pela ausência de provas tanto em relação à afirmação de que o agente conduzia seu veículo com excesso de velocidade, quanto no que se refere ao uso premeditado de cocaína antes do fato e, por isso, procedeu a desclassificação do delito. No ponto, ganha importância a afirmação constante do acórdão de que, a despeito de testemunhas terem feito referência ao excesso de velocidade empregado pelo réu na direção do automóvel, **não há prova pericial a esse respeito**. Realçou o *decisum*, ainda, que **a assertiva a respeito da utilização de entorpecente "não restou suficientemente esclarecida no curso da instrução processual"**, com destaque para o depoimento da médica perita, que foi "taxativa ao afirmar que o laudo pericial [...] não seria suficiente para, por si só, indicar que o recorrente, no momento do fato, estivesse sob o efeito das substâncias cujos metabólitos foram encontrados em sua urina, afirmação que, ressalto, restou corroborada pela testemunha Fernando Amarante Silva (professor universitário aposentado), dando conta de que os metabólitos acusados no exame de urina, notadamente aquele proveniente da cocaína, poderiam ter decorrido do consumo das substâncias em momento anterior, mas temporalmente não delimitado" (ambos à fl. 726).

Por isso, penso que a conclusão a que chegou a Corte de origem acerca da ausência de provas quanto ao fato de que o acusado tenha agido com dolo eventual não se mostra absurda ou desarrazoada, a justificar, sem a necessidade de reexame de todo o material cognitivo, o restabelecimento da sua pronúncia, como pretende o *Parquet* (incidência da **Súmula n. 7 do STJ**).

Superior Tribunal de Justiça

Contrario sensu, aplicável o firme entendimento deste Superior Tribunal, segundo o qual "a desconstituição do julgado, no intuito de abrigar o pleito defensivo de desclassificação da conduta, não encontra espaço na via eleita, porquanto seria necessário aprofundado revolvimento do contexto fático-probatório, providência incabível em recurso especial, conforme já assentado pelo enunciado n. 7 da Súmula desta Corte" (**AgRg no AREsp n. 1.013.330/TO**, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, DJe 3/10/2108).

Impossibilitada a modificação do entendimento da Corte estadual no ponto em que afastou o dolo eventual, prejudicada a análise da tese remanescente – compatibilidade entre o dolo eventual e o homicídio tentado.

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, III, do CPC, c/c o art. 34, XVIII, "a", do RISTJ, **não conheço do recurso especial**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**